

**ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NA FORTALEZA
PROVINCIAL:
UMA IMPLANTAÇÃO LENTA E DESCONTÍNUA
(1840-1860)¹**

Francisco Carlos Jacinto Barbosa²

RESUMO: O presente artigo faz uma discussão, a partir dos Relatórios dos Presidentes de Província, sobre o processo de instalação dos estabelecimentos de saúde em Fortaleza, capital da província do Ceará, no período compreendido entre os anos de 1840 e 1860, momento caracterizado pela ocorrência de epidemias, objetivando demonstrar seu caráter lento e marcadamente descontínuo, embora articulado às mudanças ocorridas, ao longo da primeira metade do século XIX, na forma de conceber e efetivar os serviços de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública. Estabelecimentos de saúde. Epidemias.

ABSTRACT: Considering the reports of the Province Presidents, this article discuss the health institutions installation at Fortaleza, capital of the Ceará province, in the period between the years 1840 and 1860, a time characterized by the occurrence of epidemics,

¹ Este artigo constitui uma versão modificada do capítulo “A lenta instalação da estrutura de saúde”, constante de minha tese: BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *Caminhos da cura. A experiência dos moradores de Fortaleza com a saúde e a doença*. 2002. 230 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

² Professor Adjunto do Curso de História e do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Doutor em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: caljacinto@gmail.com.

This paper aims to demonstrate the character and slow markedly this discontinuous process, although it is linked to the changes that have occurred over the first half of the nineteenth century, in order to design and implement the public health services.

KEYWORDS: Public health. Health care establishments. Epidemics.

A constância com que as doenças atingiam os moradores da Província e, especificamente, os de Fortaleza, foi um determinante de peso no caso da construção de hospitais, lazaretos, enfermarias e cemitérios. Entre os anos de 1840 e 1880, além da incidência frequente de enfermidades oculares, pulmonares, digestivas, etc., eclodiram pelo menos três grandes epidemias: febre amarela (1851), cólera (1862) e varíola (1878). Isto não implica em afirmar que houvesse uma estratégia planejada de saúde pública. Pelo contrário, a necessidade de estabelecimentos deste tipo foi sendo alimentada, na medida em que se experimentava o paroxismo desses momentos em meio a uma situação marcada pela defasagem de recursos, mais acentuada com a reforma de 1828.³ A partir de então, as Câmaras assumem a responsabilidade com os serviços de saúde, cabendo ao Governo Imperial a vigilância sanitária dos portos.

Foi lenta a implantação de estabelecimentos hospitalares na Província. Desde o século XVIII, existiam, no Brasil, os lazaretos, destinados ao acolhimento dos portadores de doenças contagiosas. Na província do Ceará, somente no início do século seguinte é que se verifica a construção de um destes espaços, instalado no lugar denominado Jacarecanga, localizado a sotavento e afastado do centro da capital. Apenas na década de 1850 foram inaugurados o Lazareto da Lagoa-Funda e o Hospital

³ Sobre as transformações ocorridas na organização das instituições de saúde, no período em questão consultar o artigo:
PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. supl. 1, p. 67-92, 2004.

da Santa Casa de Misericórdia. Datam ainda deste período os cemitérios de São Casemiro e São João Batista.

No final do mês de abril de 1819, numa sessão da Junta da Real Fazenda, dirigida pelo Presidente Manoel Ignacio de Sampaio,⁴ foi discutida a conveniência de construção de um lazareto, sob a justificativa de que se procedesse, em caso de necessidade, ao “isolamento de escravos” que, advindos de outros portos, apresentassem algum sinal de doença.

Foi ponderado que tendo alguns negociantes desta Villa dado principio ao commercio de mandarem escravatura da Costa Leste, directamente para esta Villa, se fazia portanto cuidar com antecipação em mandar levantar um armazem a beira mar do sitio denominado Jacarecanga, o qual sirva de Lazareto para serem recolhidos os sobreditos escravos, no caso de necessidade á maneira como se pratica em todas as mais capitancias para o fim de evitar a propagação de molestias que algumas vezes trazem os mesmos escravos.⁵

Além dele, debateu-se a possibilidade da edificação de um hospital no sítio próximo ao “armazém” que deveria funcionar como lazareto, cuja função seria a de abrigar as pessoas acometidas de varíola. Até então, elas eram isoladas em “casas de palha”, construídas com verbas oriundas dos cofres públicos:

⁴ Seu governo foi marcado por investimentos na estrutura da cidade. Coube ao presidente a contratação do engenheiro militar Antonio José da Silva Paulet, com atribuição de realizar os estudos necessários para a elaboração de uma planta para Fortaleza. Sobre as intervenções ocorridas em Fortaleza durante o governo do presidente Ignácio de Sampaio, ver: FURTADO, Ronaldo Everton Araújo Vieira. *Dos princípios de ordem e civilização ao fazer urbano (1800-1820)*. 2009. 96 f. Monografia. (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

⁵ Trata-se de uma ata da sessão do dia 29 de abril de 1819, da Junta da Real Fazenda. In: *Documentos relativos aos hospitais de Jacarecanga e Lagoa-Funda e Paiol da Pólvora*. Revista do Instituto do Ceará, Tomo 11, 1897.

E sendo nesta mesma ocasião ponderada a necessidade que também há de uma casa edificada mais ao centro do mesmo sítio da Jacarecanga para servir de hospital aos bexigosos, visto que a experiência tem feito conhecer que todos os anos se renova o dito contágio, evitando-se por este meio a despeza que annualmente se tem feito com casas de palhas para acomodação dos soldados atacados do dito mal.⁶

Ao final da reunião, a aludida Junta resolve por em prática as obras, acentuando que deveriam ser “uma e outra, lojas de tijolo e cal, cobertas de telha”. No mesmo ano, o edifício foi erguido. A despeito das justificativas, entre as quais nenhuma diretamente relacionada à doença, é bastante provável que a epidemia de varíola, no ano anterior, tenha influenciado na decisão e na celeridade com que foi concluída a obra.

Seu funcionamento, todavia, não era contínuo. Os Relatórios indicam que em períodos críticos, nos quais a ocorrência de moléstias ameaçava a saúde pública, ele era reativado, o que significou, na verdade, a abertura de enfermarias dotadas de médicos e ajudantes, suprimento de remédios e dietas para a convalescença. Em períodos tranquilos, permanecia fechado.

Somente os lazaretos e o Hospital do Contingente funcionavam, ainda que precariamente.

No Relatório de 1838, ao defender a necessidade de edificar um hospital destinado a acolher a população pobre, o Presidente deixa evidente a defasagem entre o número dos que adoeciam e a capacidade de atendimento no hospital. Aqui não se faz referência alguma aos lazaretos, bem como ao edifício destinado ao acolhimento de “variolosos”:

Todos os dias requerimentos se apresentam de pessoas que por miseráveis pretendem curar-se no hospital do Contingente e não

⁶ Ibidem.

podendo eu acudir a semelhantes rogativas, morrem ellas a mingoa, sem ter algumas vezes uma palhoça que as abrigue nos ultimos momentos da vida.⁷

Aos poucos, o Lazareto foi caindo em ruínas e por duas vezes, passou por reformas. Uma, em 1849, justamente quando a varíola atacava um número significativo de habitantes da cidade. A outra se deu em 1855, quando só se falava do medo de uma invasão do “cholera”, doença que atingia os moradores de várias províncias.

O surto de “bexiga” em 1849 pegou a Presidência desprevenida. A solução encontrada para a realização do isolamento foi o recolhimento das “primeiras pessoas infeccionadas e que são em nº de 8 no edificio que já servio de hospital até ser este reparado como convem para os receber, o que terá logar em poucos dias”.⁸

No ano anterior, o Presidente determinara o fechamento da enfermaria para indigentes, embora tenha estabelecido a permanência do cargo de Médico da Pobreza⁹ e a consignação

⁷ Província do Ceará. *Falla pronunciada pelo Presidente da Província do Ceará, Manoel Eduardo de Souza, na Assembleia Provincial em 1º de outubro de 1838*. O grifo pretende fazer observar que o hospital Regimental a que faz referência o Presidente é, possivelmente, a enfermaria do Exército.

⁸ Província do Ceará. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentissimo Senhor Doutor, Fausto Augusto de Aguiar, Presidente da Província. Ceará, 01.07.1845*.

⁹ O cargo de Médico da Pobreza foi criado pela Lei nº 133, de 31 de agosto de 1837, que estabelecia, no seu Artigo 4º as atribuições do seu ocupante: “§1º. Receitar e curar a todas as pessoas pobres, inclusive os presos, que também forem pobres, receitando-os por um formulário (ou fora delle quando julgar conveniente), que deverá apresentar a câmara municipal desta cidade para esta contractar com um boticário, que por menos o fizer.

§2º. Visitar os doentes se for necessário, todos os dias, sendo alem disto encarregado da vaccina, com exclusão de outro qualquer facultativo.

§3º. Communicar no fim de cada mez ao prresidente da província, publicar pela imprensa, sendo possível, o numero das pessoas que experimentão e o bom ou mal resultado delle.”

Desse modo, o médico era obrigado a residir na capital.

em caráter provisório, destinada à compra de medicamentos para os doentes pobres.¹⁰

A enfermaria fora construída em maio de 1847, “para nella curar-se o aluvião de enfermos, que apparecerão em consequencia do flagello da secca”. Dos 344 doentes que ali deram entrada, 277 “sahirão restabelecidos, morrerão 45 e ficarão 22 aos cuidados do cirurgião e então médico da pobreza Francisco José de Mattos”.¹¹

Os anos de 1855 e 1856 foram de intensa discussão sobre o “cholera morbus” e as formas de conter os avanços da moléstia que já se encontrava nas províncias vizinhas. O cuidado da Administração diante do perigo manifesto fica bastante claro no Relatório de 1856. Logo no item denominado “Obras Gerais”, o presidente noticia a construção de um lazareto e de uma enfermaria.

A casa de isolamento foi construída no lugar chamado “Lagoa-Funda”, situado “duas milhas ao norte desta Capital” e já funcionava desde o ano anterior, quando foi concluída, com o serviço de quarentena. O discurso que justificou sua construção aponta a necessidade de que referida quarentena fosse feita em lugar mais distante e com “as necessarias accomodações”, já que o lazareto da Jacarecanga, mais antigo, além da proximidade do centro, já não oferecia os “necessarios commodos”.¹²

Já a enfermaria, foi construída no bairro do “Outeiro”, situado a barlavento e habitado predominantemente por moradores pobres. Trata-se, conforme consta no relatório, de “uma casa com capacidade necessária para servir de enfermaria”, e justifica-se

¹⁰ Cf. Província do Ceará. *Relatorio apresentado a Asseblea Legislativa Provincial do Ceará em 1° de julho de 1848 pelo Presidente Fausto Augusto de Aguiar*. O mesmo relatório foi publicado no jornal Cearense na edição de 20 de julho de 1848.

¹¹ Província do Ceará. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma Província o Coronel graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em o 1° de julho de 1847*.

¹² Província do Ceará. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da Provincia ao Segundo vice-Presidente da mesma o Excellentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de abril de 1856*.

pela inexistência neste local, de um estabelecimento de saúde edificado como medida preventiva contra o “cholera”.

Entre as medidas preventivas, que julguei conveniente adoptar para o caso de ser esta cidade acommettida pela epidemia, que infelizmente tem devastado algumas provincias do Imperio, figura a da construcção de um edificio, que deverá servir de enfermaria para as pessôas desvalidas que forem acommettidas da referida epidemia.

Além destas, foram também preparadas enfermarias no Hospital da Caridade, no Quartel do 2º Batalhão e na Cadeia. O funcionamento de todos eles tinha o caráter efêmero. Uma vez diminuído qualquer risco de epidemia, elas eram desativadas, inclusive as do Hospital, o qual fora inaugurado em 1855, embora não tivessem sido concluídas as obras, que já se arrastavam há muitos anos.

Desde o final da década de 1830, os Presidentes tentavam convencer os membros da Assembleia Provincial da necessidade de criar uma irmandade, a partir da qual seria viabilizada a construção de um “Hospital de Caridade”, em que fosse realizado o atendimento dos moradores pobres da cidade. No relatório publicado em 1838, supostamente sob influência do Dr. José Lourenço de Castro e Silva, então Médico da Pobreza, o Presidente Manoel Eduardo de Souza alerta para o crescimento do número de pessoas da “classe miseravel da sociedade” e da consequente demanda de maiores somas para serem “empregadas em remédios”. Aponta como alternativa, para evitar o crescimento dos custos com a saúde, a construção deste estabelecimento:

A medida que me parece mais proficua he o estabelecimento de um Hospital de Caridade, mantido por uma Irmandade religiosa; mas para tornar-se possivel a formação desta Sociedade força he que os Legisladores Provinciaes deem o primeiro passo, decretando alguma somma para a constrcção do Edificio, em que deve ser

colocado o Hospital e concedendo outros favores, como solicitar dos Poderes Geraes auctorização para a Irmandade possuir bens de raiz, e decretar o não pagamento de decimas que a casa venha a possuir.¹³

No ano seguinte, foi criada a “Irmandade da Misericórdia” e, a partir de então, nos Relatórios que se seguiram, os presidentes dedicaram um espaço específico para tratar de assuntos referentes à construção do hospital. O discurso marcadamente caritativo visava convencer os deputados da necessidade de auxiliarem a Confraria com “subsídios pecuniários”, a fim de que se iniciassem as obras.¹⁴ A “Casa de Caridade” era reivindicada como o estabelecimento acolhedor e, em certa medida, disciplinador daqueles que se encontravam doentes em meio a uma população de miseráveis:

A humanidade soffredora, e desvalida não encontra nesta Cidade nem no resto da Provincia estabelecimento algum pio, onde possa acolher-se e serem tratadas suas enfermidades. O infeliz invalido do mal contagioso que gradualmente o consome aqui não acha refugio e vive no meio da sociedade, onde exala perpetua desconfiança, e receio; e as creanças, fruto do vicio e da libertinagem e que mais desapiedadas regeitão , perecerião ao desamparo no instante de seu nascimento, se mão caridosa não disputasse a vida desses innocentes aos animaes que se apressarião a devoral-os.¹⁵

¹³ Província do Ceará. *Falla que recitou o Presidente da Provincia do Ceará, Senhor Manoel Eduardo de Souza, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará em 1º de agosto de 1838*, p. 07.

¹⁴ Província do Ceará. *Relatorio que o Exmo. Senhor Doutor Francisco de Souza Martins, Presidente desta Provincia, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de agosto de 1840*, p. 4-5.

¹⁵ Província do Ceará. *Relatorio que o Exmo. Senhor Brigadeiro José Joaquim Coelho, Presidente desta Provincia, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 10 de setembro de 1841*, p. 17.

O recurso a uma moralidade exageradamente conservadora, tal como se manifesta no pronunciamento do Presidente, não pode ser visto como uma característica comum a todas as abordagens sobre a Casa de Misericórdia, constantes nos Relatórios. Muitos se referem mais antes às vantagens que teriam os moradores da Província, e particularmente de Fortaleza, com a construção de um hospital, espaço onde poderiam ser acolhidos e tratados de suas doenças.

O interesse na construção do edifício fica bastante evidente nos Relatórios que se seguem. O Presidente José Maria da Silva Bittancourt, chega a sugerir a instituição de um imposto que incidisse “sobre a libra da carne consumida na Capital”, argumentando que o montante resolveria a carência de recursos e, principalmente, que a população cumpriria as suas obrigações caritativas:

Este imposto pesaria geralmente sobre a população, e todos teriam, como he seu dever, de repartir com o indigente enfermo, e com o infante abandonado parte de seu proprio alimento. Não temo que nenhuma idea seja regeitada, porque conheço que o coração brasileiro he geralmente beneficente, vou pois fazel-a a mais sensivel.¹⁶

Não há, nos Relatórios seguintes, referência alguma à apreciação desta proposta. Ao que parece, grande parte do dinheiro a ser utilizado na obra vinha da caridade pública ou do redirecionamento de sobras de verbas que deveriam ser utilizadas no “socorro público”, como demonstra o Presidente Ignacio Correia de Vasconcellos, em 1847.¹⁷

¹⁶ Província do Ceará. *Relatorio que o Exmo. Senhor Commandante das Armas do Ceará, o Brigadeiro José Maria da Silva Bittancourt, Presidente desta Província, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de julho de 1844*, p. 13-14.

¹⁷ Província do Ceará. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, pelo Presidente da mesma Província o Coronel Graduado Ignacio Correia de Vasconcellos em o 1º de julho de 1844*.

Tendo sido definido o terreno, o Presidente Correia de Vasconcellos apresenta, cheio de ânimo, seu projeto. Num tom entusiasmado, imagina um edifício monumental. Postado diante do mar, à vista de qualquer viajante que se aproximava da cidade, simbolizaria a atitude caridosa, um monumento à caridade cearense:

Este edifício que espero concluir em mui pouco tempo e que nada terá a invejar aos deste genero de muitas de nossas Provincias, será um eterno monumento, que nos lembrará a caridade, a beneficencia, que com nosco prodigalizarão nossos philanthropicos irmãos. Colocado ao longo do Paiol, olhando para os fundos do quartel da 1ª linha, com elle aformozea este rico campo, que se fosse orlado de frondosas arvores seria igualmente um dos mais bellos do nosso Paiz. Elle está levantado sobre um aterro de seis palmos tendo a altura delle a cornija 22, alem da parede que sobre ella se eleva para encobrir o telhado. Em uma extensão de 315 palmos de frente conta 20 janellas e uma porta de entrada para elle; e do lado oposto o mesmo numero de janellas. As portas de todas as janellas na sua maior altura tem treza palmos com seis de largura, e as das entradas tem de altura dezoito, ficando a do hospital com dez de largura, e a do Liceo com oito, contem de mais trez enfermarias para homens pelo lado do mar, e uma para mulher pelo de terra com cem palmos de comprimento, e vinte oito de largura; duas sallas para operações, com quarenta de frente e trinta e cinco de fundo; uma entrada com quarenta e seis de frente e o mesmo fundo das outras; dous grandes quartos com vinte e oito de frente e trinta e dous de fundo para a arrecadação dos utensilios do hospital; quatro quartos com vinte sete de frente e desesseis de fundo para a moradia de enfermeiros, e outros diversos misteres; uma varanda do lado de detraz com sobre colunas com cento e trinta palmos de frente e trinta e um de fundo; quintal com poço no centro cozinha &. A planta que vos offereço vos demonstrará isto mais visivelmente.¹⁸

¹⁸ Idem., p. 23-24.

As obras tiveram início, mas foram interrompidas no ano seguinte, com a saída de Ignácio de Vasconcellos da presidência. Sobre isto, o Dr. Castro Carreira, em uma de suas crônicas publicada no jornal “O Cearense”, lamenta o ocorrido, afirmando que os serviços da Casa de Caridade, iniciados na sua gestão, encontravam-se então paralisados, e todo material que já fora comprado encontrava-se, em sua grande parte, “ao pé da obra”. Alertava ainda para a possibilidade de inverno próximo, o que poderia provocar o desabamento do que já fora construído.¹⁹

No número seguinte, o novo Presidente noticia para breve a retomada dos trabalhos, mas adverte sobre a impossibilidade de conclusão da obra sem que seja dobrada a quantia de 2:000\$000, “e que assim se continue a fazer nos annos subsequentes até que a casa se conclua”.²⁰ No entanto, somente em 1849, foram retomadas as atividades de construção, agora sob o comando de uma Comissão composta de três comendadores e o engenheiro.

A inauguração, mesmo que o prédio não tenha ficado pronto, ocorreu em 1855 e foi noticiada pelo Presidente Vicente Pires da Motta, que, um ano antes, conseguira arrecadar “esmolas” capazes de somar um montante de 13:145\$000, para que se procedesse à continuidade da obra.²¹

Grande foi o desejo que eu tive de inaugurar no dia 25 de março do presente anno, este pio estabelecimento de generosa caridade dos cearenses, que de todas as partes da Provincia tem concorrido com suas esmolas; mas foi-me impossivel apromptar o edificio Quem conhece as dificuldades que se lucta, quando trata

¹⁹ Jornal Cearense, anno III, n. 128. Fortaleza, 24 fev. 1848.

²⁰ Jornal Cearense, anno III, n. 129. Fortaleza, 3 abr. 1848.

²¹ Sobre a história da construção do edifício da Santa Casa de Misericórdia, remeto a uma obra publicada em 1895, na Revista do Instituto do Ceará, por Antonio Bezerra de Menezes, intelectual cearense, nascido em 1841. O artigo extenso foi transformado há alguns anos, no livro: MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Col. Alagadiço Novo. Fortaleza: Edições UFC / Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

de obras, e principalmente de obras que tem o caracter de publicas, não achará demasiada a demora. Se mais tivesse podido fazer, o zelo conhecido do encarregado d'esses serviços, teria conseguido.²²

Na realidade, fora concluída apenas a parte frontal do edifício. Dois anos depois, o Conselheiro Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em pronunciamento realizado na Assembleia, solicitou “a concessão de 8 loterias”, através das quais acreditava ser suficiente para “montar definitivamente aquelle estabelecimento”.²³

O longo percurso que iniciou em 1839, com a criação da Irmandade, chegou ao fim em 1861, a 14 de março, dia do aniversário de Sua Majestade Imperatriz, com as solenidades oficiais e religiosas ocorridas na inauguração definitiva da obra, quando foram instituídos o compromisso da Irmandade de Misericórdia e uma subvenção para o funcionamento do hospital.

A partir daí, os Relatórios passam a destacar um item, no qual as informações sobre o funcionamento administrativo e o movimento da clínica são expostas com uma certa frequência. Quase dez anos depois da fundação, chegaram a Fortaleza as Irmãs de Caridade, nas mãos das quais ficou a direção da instituição, agora denominada Santa Casa de Misericórdia.

O funcionamento do hospital possibilitou mudanças no atendimento dos moradores considerados indigentes. Antes, o Médico da Pobreza percorria os vários pontos da cidade, diagnosticando e tratando as doenças, observando e localizando lugares considerados insalubres, para os quais reclamava providências. Com o surgimento e funcionamento contínuo

²² Província do Ceará. *Relatorio do Presidente e Excellentissimo Senhor Conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, na abertura da Segunda Sessão da Décima Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1855.* Ceará; Typ. Cearense, 1855.

²³ Província do Ceará. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, apresentou o Presidente da mesma Provincia na abertura da sessão ordinária de 1857 o Excellentissimo Senhor Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3º Vice-Presidente da mesma Provincia.* Ceará: Typ. Cearense, 1857.

de um espaço como este, a “cura” das pessoas experimentou um processo de centralização: sai das ruas mais pobres e dos domicílios mais humildes e ancora-se num lugar, considerado pelos médicos, mais adequado. No entanto, não se pode afirmar que a referida transformação inaugurou uma fase consistente de hospitalização; seu funcionamento era acentuadamente precário.

A edificação de cemitérios vem completar o quadro de medidas públicas voltadas, digamos, para uma certa infraestrutura de saúde. Tal como o processo de construção da Santa Casa de Misericórdia, lento e cheio de revezes, foi o da instalação destes espaços. O suposto interesse dos sucessivos presidentes, sempre influenciados pelos médicos da pobreza, esbarrou, não raro, tanto no discurso da precariedade de recursos públicos, como na relutância dos moradores da cidade, que continuavam inumando os corpos nas Igrejas.²⁴

Já no Relatório de 1838, o Presidente Manoel Eduardo de Souza criticava a maneira como se realizavam os enterramentos na Província e indicava a necessidade de se fazer construir um cemitério extramuros, argumentando ser uma medida que contribuiria para a salubridade. A sua “falla” deixa transparecer a influência dos conhecimentos da medicina, munindo-se de idéias e termos comumente utilizados por médicos:

A saude publica reclama com instancia que em a única pequenina Igreja que existe n’esta Capital, cesse o damnoso uso de sepultarem-se todos quanto aqui fallecem. He de maior importância que com a brevidade possível, para o poente da Cidade, na altura pouco mais do Paiol da Polvora, que fica no caminho de Arronches se construa um cemiterio. Excusado he estender-me sobre a necessidade

²⁴ Para maiores detalhes sobre o processo de construção do primeiro cemitério extramuros do Ceará, recomendo a leitura de:
OLIVEIRA, Carla Silvino. *Longe dos vivos, um lugar para os mortos: o processo de construção do primeiro cemitério extramuros de Fortaleza (1838 - 1848)*. 2003. 92 f. (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2003.

d'esta medida:vós sois testemunha do pestifero ar que se respira na [...] que graves males podem provir da inspiração dos miasmas exhalados continuamente de innumeros corpos em putrefacção apenas cobertos com pequenas camadas de terra mal apertado e algumas taboas apresentando grandes fendas.²⁵

No ano que se seguiu, foi escolhido, e devidamente examinado pelos doutores, um lugar adequado para a sua construção, que não teve início imediato. Começa aqui um longo percurso, que se caracterizou pela busca de convencimento dos membros da Assembleia da importância de consignar recursos suficientes para a edificação de cemitérios, não apenas na Capital, mas nos diversos pontos da Província. O Presidente José Joaquim Coelho, em 1841, indicou tal necessidade, mediante um tom que acentua o perigo iminente provocado pela insalubridade que caracterizava as inumações:

A cidade de Fortaleza conta com uma só Igreja²⁶ em cujo estreito recinto se sepultão no correr do anno innumeros cadaveres; de maneira que a Casa de Deos se tem tornado um foco de podridão e peste! Não permitti, Senhores, por mais tempo, que os fieis, que no templo, em que se celebrarão os sagrados mysterios do seo culto, vão buscar remedios para vida d'alma, encontrem no ambiente epidemico, que ali circula, germens destruidores da vida do corpo!!

²⁵ Província do Ceará. *Falla que recitou o Presidente da Provincia do Ceará, Senhor Manoel Eduardo de Souza, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará em 1º de agosto de 1838*, p. 7-8.

²⁶ A Igreja a que se refere o Presidente estava situada no centro da cidade e era destinada aos devotos de Nossa Senhora do Rosário, uma das mais antigas de Fortaleza. Fora construída em meados do século XVIII, e era predominantemente frequentada por negros escravos. Por volta da década de 1820, fora transformada em Matriz, até a reforma da futura Sé. Para mais detalhes, consultar:
MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, op. cit., p. 162-168.

Afastai quanto antes do meio da vossa nascente Capital esse manancial de molestia e corrupção.
As Villas mais populosas da Província exigem egual providências.²⁷

Contudo, as obras do primeiro cemitério de Fortaleza só foram iniciadas em 1844 a partir de uma determinação do Presidente José Maria da Silva Bittancourt. A Lei nº 319, sancionada em 1º de agosto do mesmo ano, define o “Morro do Croata”, situado próximo ao Centro – na vizinhança do local onde anos mais tarde seria erguido o edifício do hospital de caridade –, como o lugar escolhido, e estabelece a responsabilidade do Governo de formular e fazer aprovar um regulamento que considerasse, entre outras coisas, “as cautelas preventivas da salubridade publica”. Até que fossem pagas as “despesas com a construção do edifício”, os rendimentos do cemitério seriam recolhidos para os cofres da “Thesouraria Provincial”. Depois disto, ficaria sob o controle da Santa Casa de Misericórdia o auxílio na sua construção.²⁸

Algum tempo depois, correu pela cidade o boato de que a Irmandade de São José construiria um outro cemitério, situado atrás da Igreja Matriz, o que levou o Dr. Castro Carreira a considerar o assunto em sua “Crônica” do mês de fevereiro de 1848, destacando a inconveniência do lugar:

Hygiene

Ao tratar deste objeto não posso me furtar a algumas reflexões á cerca da edificação de um cemiterio que se diz, querem mandar edificar a traz da igreja matriz. Alem de ser isto detrimetoso á saude publica, é um desdrespeito á lei, que determinou a edificação d’aquelle de que já na chronica passada dei noticia, e que se acha

²⁷ Província do Ceará. *Relatorio recitado pelo Exmo. Senhor Brigadeiro José Joaquim Coelho, Presidnete e Commandante das Armas da Provincia do Ceará, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 10 de setembro de 1841*, p. 16.

²⁸ Lei nº 319 de 1º de agosto de 1844. In: Estado do Ceará. *Colleção de Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos da Provincia do Ceara*. [s] 1837. p. 362.

quazi prompto. Para bem se poder comprehender a extravagancia de tal idéa, basta dizer que a matriz se acha colocada a barlavento da Cidade em logar, onde pela corrente dos ventos todos os miasmas tem de ser lançados sobre a maior parte da população da Cidade. A ignorância porem de alguém he tamanha, que o anima a proferir, que isto de miasmas exhalados de cadaveres, he luxo da medicina, portanto não admira quem tenha a desgraçada idéa da construcção de um cemiterio por detraz da matriz. – Se hoje esforço-se todos os homens filantropos, e illustrados por evitar as emanções insalubres dos centros das cidades, como se há de consentir que tendo nós um cemiterio com todas as condições hygienicas, que graças as actividades e solitudine do Exm. Sr. Dr. Moraes Sarmiento ficará prompto até o fim do próximo futuro mez se edifique outro no logar mais insalubre que ser possa? Duvido muito que a Irmandade de S. José realise as suas intenções desregradas por que confiamos no bom senso da assembléa provincial, e do publico d'esta Capital.²⁹

Embora a ideia não tenha sido posta em prática, a intenção da Irmandade parece evidenciar que as mudanças relacionadas à saúde pública, em processo na cidade, não ocorreram sem que houvesse o mínimo de recusa. Por outro lado, a crônica do médico da pobreza demonstra claramente a crescente influência da medicina nas decisões da administração.

A fundação do cemitério, porém, só ocorrerá em 1849, embora estivesse funcionando, presumivelmente, desde o ano anterior, uma vez que ficaram estabelecidas, pelo Presidente Casemiro José Moraes Sarmiento, a proibição de sepultamentos nas Igrejas e a determinação que os mesmos se dessem no Cemitério de São Casemiro.

Posto à prova durante a epidemia de “febre amarella” ocorrida em 1851, o Cemitério passou a ser considerado, a partir de 1853, defasado em relação à demanda da Cidade, conforme registra Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da Província:

²⁹ Jornal Cearense, anno III, nº 143. Fortaleza, 20 abr. 1848.

“Existe um cemiterio publico n’esta Cidade, mas alem de não estar acabado não tem a precisa decencia, afim de que não abirão sepulturas com corpos em putrefacção”.³⁰ Ao mesmo tempo, Joaquim Vilela recomenda às demais cidades que se empenhem na fundação de cemitérios públicos.

A partir de então, os relatórios registram frequentemente, o andamento de obras do gênero em várias cidades do interior.³¹ Não obstante exista um movimento que visando a edificação destes espaços, as inumações continuam ocorrendo em igrejas na grande maioria das localidades, inclusive em Sobral, no momento em que a febre atingia fortemente seus moradores:

Em consequencia de attribuir-se a causa do máo principalmente as inhumações na Igreja e a abertura de sepulturas, em que os cadaveres ainda não estavam em putrefacção, cercou-se e benzeo-se o terreno que estava destinado para o cemiterio publico, e ali principiou-se a dar jazigo aos mortos.³²

³⁰ Província do Ceará. *Relatorio que o Excellentissimo Senhor Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, Presidente da Província do Ceará, apresentou a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da Segunda Sessão de sua 9ª Legislatura, no dia 1º de setembro de 1853. Ceará; Typ. Cearense, 1853.*

³¹ O Presidente faz um balanço do movimento de construção de cemitérios em várias cidades:
“Na cidade de Sobral existe em principio um cemiterio, e as circunstancias especiaes em que se tem achado aquella cidade entregue aos estragos da febre amarella, exige imperiosamente que se elle conclua o mais breve possivel.
A Camara Municipal do Aracaty, e o respectivo parochio instam pela fundação de um cemiterio ali. Aquella afirma existir uma subscrição de 1: 200\$000 rs., para esse fim; este diz que a Irmandade do S. Sacramento se propõe a fazer essa obra, mas ambas, alem da precisa authorização pedem auxilio para que se possa concluir a obra.
A Camara de Baturité, Imperatriz, S. Cruz e Granja expõem a necessidade de se crearem cemiterios nos seus respectivos municipios, e pedem auxilio. Esta ultima me diz que já nomeou uma commissão para tratar da obra, escolheu a localidade e promoveu a subscrição. Sobre o mesmo objecto representam os vigarios de Aquiraz, Baturité, Thauá, Sobral Santa Anna e Granja. (Idem. p. 46).

³² Província do Ceará. *Relatorio que o Excellentissimo Senhor Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, Presidente da Província do Ceará, apresentou a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da Segunda Sessão de sua*

As reformas no cemitério da capital constituíram o rol de medidas preventivas em relação à possibilidade de invasão do “cholera”, ocorrente em Províncias vizinhas. Os trabalhos foram concluídos em 1856, produzindo um aumento em torno de “150 palmos de frente e 300 de fundo tornando-se assim três vezes maior do que era”.³³ A este respeito, se pronunciará o senhor Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Província:

O antigo cemiterio publico desta cidade, já não era sufficiente para os enterramentos que nella se fazião mesmo em tempos ordinarios. Esta circumstancia e a possibilidade de se manifestar nesta Capital a epidemia do cholera morbus, levarão-me a mandar augmentar o referido cemiterio dando-lhe mais 150 palmos de frente, e 300 de fundo, isto é, tornando-o três vezes maior. Esta obra ainda não se acha acabada; mas em cazo de necessidade já poderá servir.³⁴

Contudo, logo será considerado inconveniente o antigo cemitério reformado. No mesmo ano em que o “cholera” atinge os moradores do Ceará, o Presidente João Bento da Cunha Figueiredo Júnior indica os aspectos que contribuem para a necessidade de desativá-lo e construir um outro:

Alem de achar-se quasi dentro da cidade, cuja edificação vae-se adiantando por aquelle lado, o cemiterio existente está sendo

9^o Legislatura, no dia 1^o de setembro de 1853. Ceará; Typ. Cearense, 1853, p.46.

³³ A este respeito, informa-nos Antonio Bezerra de Menezes: “Nesse ano concluiu-se a murada, assentou-se a gradaria de ferro, construíram-se os alicerces de duas casas do lado do portão, aterrou-se o 1^o plano do edifício e assentou-se a grade que separa o 1^o do 2^o plano. Em 1858 ficaram concluídas as duas casas ou torreões interiores, um de cada lado do portão de entrada para depósito dos corpos e autopsias, as quais haviam sido começadas no ano anterior”. Pelo art. 5^o da lei n^o 928 de 4 de agosto de 1860, passaram para a Santa Casa de Misericórdia os rendimentos do cemitério. MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, op. cit. p. 87-90.

³⁴ Ibidem.

invadido pelas arêas do morro do Gravatá.

Acresce que n'uma parte d'elle foi sepultado grande numero de cadaveres de cholericos.

Prevendo-se que o mesmo cemiterio teria que ficar inutilizado pelas causas já expostas, parece escusada a despeza com outro provisorio para os individuos que succumbirem a epidemia reinante. Julgo conveniente a construcção de um novo cemiterio, e nisso vou de accordo com a commissão que nomeei, composta do Inspector de Saude Publica, do Presidente da Camara Municipal e de trez engenheiros.³⁵

O lugar destinado ao novo cemitério fora definido. Tratava-se de um terreno situado no bairro do Jacarecanga. As obras foram iniciadas mas logo interrompidas em 1865, quando constatada a inconveniência do local, que estava situado nas proximidades de um curso d'água, do qual vários moradores utilizavam o líquido para abastecimento. No mesmo ano, ficou estabelecido um outro terreno e concluída a obra.³⁶

Uma vez inaugurado o Cemitério de São João Batista, procedeu-se ao fechamento do outro. Nos anos que se seguiram, foram sendo providenciados tanto a Igreja construída no seu interior como o calçamento que permitia melhor acesso aos moradores.

O novo cemitério passaria por uma prova de fogo durante a seca e a epidemia de varíola. No segundo semestre de 1878, o movimento dos enterramentos aumentou assustadoramente, de modo a tornar pequeno este espaço.

Como procuramos demonstrar, a implantação de uma certa estrutura de saúde em Fortaleza, entre as décadas de 1840 e

³⁵ Província do Ceará. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, pelo Excellentissimo Senhor Doutor João Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa, no 1º de outubro de 1862*. Ceará, 1863, p. 19.

³⁶ Este relato está baseado, além dos Relatórios de Presidente, em: MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, op. cit., p. 87-90.

1860, foi marcada, por um lado, pela lentidão e a descontinuidade, consequentes, em boa medida, da escassez de recursos; e, por outro lado, por sua articulação com as transformações operadas na forma de conceber e pensar os serviços de saúde.

A criação do cargo de Médico da Pobreza constitui um marco na saúde pública da Província, na medida em que possibilitou a observação e a problematização tanto das condições de salubridade como da ocorrência de doenças, ao mesmo tempo em que estimulou a busca, ainda que pouco sistemática, de soluções para os diversos problemas de saúde enfrentados pelos moradores. A partir de então, a influência da medicina e a capacidade de intervenção dos médicos que atuaram na Clínica da Pobreza ficaram cada vez mais evidentes, seja no combate às epidemias, seja nas tentativas voltadas, mesmo que timidamente, para a prevenção de ocorrências mais graves; seja ainda reclamando a instalação de uma estrutura de saúde capaz de atender as crescentes demandas da população pobre atingida pelas recorrentes calamidades.

No entanto, dois aspectos caracterizam a implantação dos equipamentos ao longo do período em questão: um deles é a lentidão com que se conseguiu aprovar, iniciar e concluir as obras, e o outro é a constante improvisação que acompanhou cada uma delas, muitas vezes postas em funcionamento sem a devida conclusão, por causa, invariavelmente, das exigências inerentes às circunstâncias adversas.

Recebido em: 15/3/2012
Aprovado em: 9/5/2012